

A POLÍTICA COMO CIÊNCIA *POLITICS AS A SCIENCE*

*Jeison Giovanni Heiler**

Resumo: O artigo tem como objetivo apresentar a política em sua forma mais desnuda. Isto é, despida, do conteúdo moral, tal como a apresentou Maquiavel nos anos 1500. A política é abordada como artefato cultural inibitório dos abusos decorrentes do acúmulo de poder. O poder nas relações de Estado que se caracteriza pelo monopólio do uso da força tem consequências no mundo da vida que impõem regras jurídicas que estabeleçam relações equilibradas de força entre os grupos, indivíduos ou partidos que busquem ascender ao poder. Processo do qual resulta uma crescente profissionalização dos atores que se dispõem ao fazer político. De que, faz notar Weber, nasce a necessidade de dotar estímulos institucionais para que os atores correspondam, no seu fazer político, às necessidades da coisa pública.

Palavras-chave: Ciência Política. Política. Poder Político. Senso Comum. Político Profissional.

Abstract: This article aims to present the policy in its most naked form. That is, naked, moral content, such as Machiavelli had in the years 1500. The policy is addressed as inhibitory cultural artifact of abuse arising from the accumulation of power. The power in the relationship of state that is characterized by the monopoly of force has consequences in the world of life that impose legal rules establishing balanced relations of power between groups, individuals or parties that seek to ascend to power. Process which results in an increasing professionalization of the actors who are willing to make political. That notes Weber, born the need to provide institutional incentives for actors match in their political make, the needs of public assets..

Keywords: Political Science. Policy. Political Power. Common sense. Political professionals.

* Doutorando em Ciência Política. Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Mestre em Sociologia Política – UFSC. Bacharel especialista em Direito Previdenciário.

1 INTRODUÇÃO

O texto que segue nasceu da necessidade de apresentar a ciência política para o público não especializado. Especificamente, para os ingressantes nos cursos de ciências jurídicas e sociais aplicadas. A política está em toda a parte, apesar dessa constatação um tanto óbvia, não raro manifestações de ojeriza ou repúdio à política, e seus artífices, se fazem presentes nas rodas de conversa e nas opiniões manifestas pelo público geral aos institutos de pesquisa¹. Provavelmente ignorando a conhecida frase de Madison² a respeito da natureza dos homens, sete a cada dez indivíduos afirma não possuir partido de preferência. A empáfia com que essa informação é apresentada remete ao velho poema do dramaturgo Bertold Brecht, alertando para as consequências do que poderia se chamar *analfabetismo político* do público médio brasileiro.

Vive-se tempos, contudo, em que milhares de pessoas parecem acordar de um estado de letargia e dormência no que diz respeito à política, e têm ocupado as ruas para manifestar esse sentimento de repúdio à política³. Portanto há dois fatos em curso: a recusa da política, combinada com uma tomada de ação [política]; como explicar essa aparente contradição? Nossa hipótese, que não será desenvolvida aqui por fugir aos propósitos do texto, é a de que o cidadão brasileiro ainda engatinha nos primeiros passos de exercício da sua cidadania e convalesce de um problema crônico às jovens democracias, a dificuldade em efetuar a leitura da realidade política. O cenário apresentado pela opinião pública aos institutos de pesquisa como Data Folha e acompanhado pela grande mídia no Brasil fornece panorama caótico no que diz respeito às organizações políticas brasileiras. Porém, esta não tem sido a opinião recente de especialistas no tema.

El sistema de partidos de Brasil se muestra cada vez más consistente en lo que respecta a los agentes partidistas que vienen estructurando la dinámica competitiva, como respecto a la creación de vínculos con los diversos segmentos sociales que conforman la sociedad. Es un sistema que permite que la democracia sea plural, abierta, con amplias posibilidades de participación tanto de los electores como de las minorías de la clase política. Los problemas existentes no demandan una amplia reforma política, como las que a veces se proponen en el Congreso. (AMARAL et al, 2013, p. 33)

Daí, entendermos a necessidade de apresentar ao público, uma leitura da política como ciência, que possa, na medida do possível, afastá-la de velhos mitos, atribuindo-lhe uma

leitura próxima àquela dada por Maquiavel aos seus contemporâneos e que cingiu uma ruptura definitiva na forma de concebê-la: a política como ela é. Ou, para utilizar um conceito antropológico: *a política como ação organizada com vistas e imposição de limites ao exercício do poder*.

2 DESENVOLVIMENTO DO OBJETO E AUTONOMIA

O que define uma categoria de conhecimento humano como científico, pode ser resumido na presença de um problema, um método de análise e um objeto, todos satisfatoriamente claros e definidos (PASOLD, 2008).

O problema que deve responder o politólogo, assim, é como compreender cientificamente a realidade política e seus processos de mudança; O que se entende por realidade política? Como estudá-la e com que metodologia? E qual é o objeto da análise política?

Afirmar que a análise política está presente desde Aristóteles e que Maquiavel mudou a forma como se encara a política (DALLARI, 2000, p. 03), despiando-a de valores éticos ou morais não significa dizer que estes pensadores deram origem à política como ciência nos termos atuais. A política surge como tal exatamente no momento em que a política deixa de ser atividade exclusiva de poucos⁴. Ou seja, quando ocorre o surgimento e a democratização do modelo de estado liberal, com o advento do estado democrático de direito.

A política, portanto adquire o status de ciência quando estão presentes elementos que tornem mais claro e delimitado o seu objeto de análise, quais sejam: a) Ruptura do pensamento político clássico e moderno; b) separação entre pensamento político e ciência política;

A primeira ruptura tem lugar quando o pensamento político adquire uma certa autonomia desprendendo-se de seus condicionantes filosóficos, teológicos e morais. Esta independência é possível no pensamento moderno diante da caracterização da modernidade a partir de sua laicidade, individualismo e sua reorganização em torno da racionalidade. O *Leviatã* de Thomas Hobbes é a expressão máxima desse processo.

O Estado passa a ser objeto central em torno do qual gira todo o pensamento político moderno, de Maquiavel a Marx:

O príncipe como sujeito constituinte do Estado (Maquiavel); A república como o reto governo com poder soberano (Bodin); o estado constituído como um

acordo entre uma multidão de homens, como unidade do poder absoluto em representação da coletividade (Hobbes); A compatibilidade entre o Estado, como unidade de poder, e a pluralidade de instituições de governo reunidas sob a supremacia do poder legislativo (Locke); o Estado concebido como unidade e equilíbrio de poderes (Montesquieu); o direito como conciliação entre Estado de Sociedade (Kant); o Estado como superação da sociedade dividida (Hegel); o Estado como instrumento de dominação de uma classe social (Marx). (BADIA, 2005, p. 22).

Estas algumas das teses que marcaram o desenvolvimento do pensamento político moderno. Todas elas com o traço comum de buscar a interpretação da realidade social por meio de uma abordagem teleológica⁵, ou finalística, cujo centro de interesse se situa na legitimidade de poder do Estado.

A segunda ruptura se dá justamente com o aparecimento do estado democrático de direito, que trouxe uma série de garantias constitucionais:

i) Ampliação do direito de participação política e reconhecimento do sufrágio universal masculino independente da condição social;

ii) reconhecimento do pluralismo político com possibilidade de organizar concepções políticas distintas com objetivo de alcançar o governo do Estado;

iii) integração das classes sociais no sistema político pondo fim a exclusão da classe trabalhadora;

iv) configuração do Estado como um sistema político no qual os atores políticos fundamentais são os partidos políticos;

Nesse momento é que se dá a separação entre pensamento político e ciência política. Pois "pensar" a política, deixa de ser atividade relegada a pouco privilegiados "*No se trata ya de preguntar se sola mente sobre El gobierno justo, ni de proponer o explicar teorías normativas generales sobre el Estado y el Gobierno, sino, de estudiar también, el proceso político, las intituciones, , la administración, y el sistema político como un conjunto cohesionado*" (BADIA, 2005, p. 25). Surge assim a necessidade de estudar a política de maneira distinta, fazendo uso do método empírico, e das técnicas estatísticas.

Desta forma a partir da ruptura do pensamento político clássico com a possibilidade de teorizar o Estado e suas implicações com o poder de maneira independente com relação a valores éticos morais ou religiosos, e com a ampliação de direitos trazida com o estado democrático de

direito, a política passou a depender de instrumentos de análise mais sofisticados que dessem conta dos novos objetos que então se apresentavam à compreensão do cientista político.

2.1 DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA COMO CIÊNCIA

A ciência política, diferentemente de outras disciplinas como a Sociologia, não possui uma grande obra ou um autor a cuja personalidade destacada possa se atribuir sua fundação (FAVRE, 1985, *In*: BADIA, 2005). Depois de passar por uma longa fase que implicou no delineamento de seu objeto a ciência política aparece como disciplina independente, se institucionaliza e nascem as primeiras associações que agrupam os estudiosos e profissionais da matéria.⁶ Na Europa em 1872 é fundada por Emile Boutmy a *École libre des sciences politiques*. Nesse período histórico as primeiras publicações em ciência política ainda guardam forte relação com o direito e com o ordenamento constitucional. Em 1904 é fundada a *American Political Science Association*⁷ (APSA) e pouco depois aparece o primeiro número da *American Political Science Review* (1906). Mas é somente em meados dos anos 50 que a Ciência Política se consolida como disciplina cumprindo com sobras com uma série de requisitos exigíveis para seu reconhecimento científico: i) denominação reivindicada em comum; ii) acordo sobre o campo de investigação; iii) existência de instituições de ensino e investigação concedidos como próprios da disciplina; iv) existência de meios próprios e diferenciados de difusão e diálogo científico na disciplina.

Os temas *teoria política interior* (*American Politics*), *política comparada* e *política internacional* foram por muito tempo as três especialidades clássicas da ciência política norte americana. Até que em 1983 a APSA dando maior precisão a esta classificação temática passa a distinguir metodologia política e teoria política de um lado e estabelecer dentro da teoria política interior a diferença entre comportamento político (voto, opinião pública, etc) e processo político (partidos, parlamentos, federalismo, administração, análises de políticas públicas, etc).

Na Europa o processo de consolidação da ciência política não se deu de forma tão precisa quanto nos EUA. A instabilidade política, as frequentes crises, revoluções e transições nos sistemas políticos, cenários de guerras civis e mundiais, o nascimento, unificação, divisão e renascimento de muitos Estados e o fato de que a Democracia se consolidou há muito pouco tempo em boa parte dos países, fez com que o tema "Estado" não pudesse ser desmerecido nas

análises dos politólogos influenciando sobremaneira na fixação deste objeto para a ciência política européia.

No imediato pós-guerra foi fundada a IPSA - *Internacional Political Science Association*⁸ em Paris no ano de 1949. Com apoio inicial da UNESCO e das Nações Unidas foi criada uma estrutura que ajudou a ciência política a se constituir na Europa do pós-guerra. A IPSA constituiu uma tradição um pouco diferente daquela desenvolvida pela norte americana APSA já que se concentrou em questões históricas, filosóficas e normativas, no momento em que os Estados Unidos caminhavam para uma visão mais institucional e quantitativa da ciência política (COLLIER, 2009 *In*: BADIA, 2005)

Além disso desde o final dos anos 60 com a consolidação do sistema democrático na Europa neste período houve uma profusão de professores, pesquisadores e publicações em ciência política na Europa ocidental com a criação de associações de colaboração científica como o *European Consortium for Political Research* (1970) que agrupava já cerca de 200 instituições.

É certo que as especificidades nacionais, estatais, transnacionais de política e ciência política particularizam os problemas criando necessidades e prioridades científicas distintas, mas não mudam as grandes especialidades que definem a ciência política (BADIA, 2005, p. 29). Assim Metodologia política, história das idéias políticas, teoria política, política interior (política brasileira), ciência da administração e análises de políticas públicas, com suas subáreas constituem um todo interdependente que chamamos de ciência política.

3 A POLÍTICA E O CREPÚSCULO DOS DEUSES

Já se disse que “O Direito é a arte do bom e do equitativo” (Celso Figlio), e que a “A política é a arte do bem comum” (Aristóteles). No final da década de 1920 Max Weber falava, em uma de suas conferências a respeito da ciência e política como vocações, que a política constitui-se em um saber muito distante daquele sentido normalmente atribuído a ela que ligando-a a atributos éticos, morais e vinculados à exigências de garantia de um “bem comum”.

Esta atribuição feita à política muitas vezes olvida-lhe uma característica inafastável: sua ligação umbilical com o poder. Mais do que isso, o poder exercido por indivíduos potencialmente corruptíveis: *A sociedade é produzida por nossas necessidades, e o governo por nossa maldade*

[...] em todo Estado, a sociedade é uma benção, mas o governo, mesmo no melhor dos Estados, é um mal necessário". (Thomas Paine. *Common Sense*, 1776 In ARENDT, 2001, p. 122).

Desta forma, ao estabelecer a diferença entre a arte e a ciência, Weber assevera o seguinte:

A despeito dessas condições prévias, que são comuns à ciência e à arte, outras existem que fazem com que nosso trabalho seja profundamente diverso do trabalho do artista (...) Uma obra de arte verdadeiramente 'acabada' não será ultrapassada jamais, nem jamais envelhecerá. (...) no domínio da ciência, entretanto, todos sabem que a obra construída terá envelhecido dentro de dez, vinte, ou cinquenta anos. Qual é, em verdade, o destino ou, melhor, a significação, em sentido muito especial, de que está revestido todo o trabalho científico, tal como, aliás, todos os outros elementos da civilização sujeitos à mesma lei? É o de que toda obra científica 'acabada' não tem outro sentido senão o de fazer surgirem novas 'indagações': ela pede, portanto, que seja 'ultrapassada' e envelheça. (WEBER, 2011, p. 28)

É desta forma que esta dimensão acentuada por Weber para a política destaca-lhe o caráter científico, afastando-a daquelas dimensões que vêm na política uma arte erigida para o bem comum. Com esta intenção Maquiavel, muitos anos antes, escrevera em *O Príncipe* que sua intenção era a de abordar

a **verdade** efetiva das coisas, e não imaginá-las" Justificou-se dizendo que "o modo como vivemos é tão diferente daquele como deveríamos viver, que quem despreza o que se faz e se atém ao que deveria ser feito aprenderá a maneira de se arruinar e não a defender-se" e conclui "É necessário, portanto, que o príncipe que deseja manter-se aprenda a agir sem bondade, faculdade que usará ou não, em cada caso, conforme seja necessário." (MAQUIAVEL, p. 82-83)

Mas, o que há, então, de comum entre Weber e Maquiavel? Basicamente, diz-se que desde Maquiavel a política abandonou os domínios do *dever-ser* para concentrar-se no que *é*. Migrando assim de uma atitude filosófica, para uma atitude empírica, científica, que constrói seus postulados a partir da realidade observada no campo da vida. Com Maquiavel a política pôde deixar de ser idealizada em sentido utópico, para ganhar o terreno da prática. A política surge então como ciência de pura técnica distanciando-se de idealizações e do domínio ético que marcou os filósofos do mundo antigo.

Essa diferença na abordagem é marcante quando confrontados textos de Maquiavel e Aristóteles, por exemplo. Se para o primeiro a visão do homem é repleta de pessimismo "*De fato*,

pode-se dizer dos homens, de modo geral, que são ingratos, volúveis, dissimulados e procuram esquivar-se dos perigos e são gananciosos" (MAQUIAVEL, p. 88), para o segundo, o homem é cooperativo:

Por natureza o homem é um animal político. Os homens têm o desejo natural pela vida em sociedade, até mesmo quando não sentem necessidade de procurar ajuda. Todavia, o interesse comum os mantém unidos, desde que o interesse de todos contribua para a vida virtuosa de cada um. A vida virtuosa, é, na verdade, a principal finalidade do Estado. (ARISTOTELES. A política, p. 222)

Mas se a política se distancia do terreno da ética, da moral e da filosofia, no que consiste o seu caráter científico? Ou perguntando com Max Weber, o que significa na prática, essa racionalização intelectualista que devemos à ciência e a técnica científica? Significa, por exemplo que qualquer indivíduo em uma fábrica, em um escritório ou em um gabinete de Estado possuem a respeito das condições de vida, conhecimento em nível superior ao que um Yanomami ou um Inca poderiam alcançar acerca de suas próprias condições de vida? Para Weber a resposta é negativa. Aquele que hoje envia uma simples mensagem de texto pelo telefone celular, ou que recebe o sinal enviado por satélites na Televisão na sua casa, não tem noção alguma dos mecanismos que permitem-no fazê-lo. A menos que seja um especialista no assunto. Portanto, o progresso da ciência, no mesmo passo que proporciona melhores condições de vida submetendo o mundo ao domínio do homem por meio da previsão e da técnica, não dispõe de meios para (re)distribuir estes saberes.

O caráter científico reside no caráter sistemático, especializado, testado, organizado, e formatado em uma trama de postulados metodológicos do conhecimento. Para Eduardo Bittar trata-se a ciência de "*Uma prática racional da qual resultam conhecimentos mais rigorosamente testados que aqueles adquiridos informalmente. Assim é que se pode dizer que o grau de probabilidade e certeza nas conclusões científicas é maior do que no conhecimento vulgar*" (BITTAR, 2010, p. 35).

Pode-se dizer, em resumo, que a ciência como tal, objetiva atribuir uma maior validade aos seus achados, seus postulados, ou às verdade que propaga. Para alcançar este objetivo as ciências são dotadas de método e diferentes técnicas de análise dos distintos objetos de observação.

Em uma outra obra, assumindo a interferência axiológica nas ciências sociais, Weber procura imunizar a sociologia do método utilizados nas ciências naturais, e o faz em parte, com o

auxílio de uma curiosa metáfora: o “crepúsculo dos deuses”. Ele critica os positivistas por acreditarem que o crepúsculo dos deuses (valores religiosos, culturais) ocorrido nas ciências naturais, poderia se estender também para as ciências sociais. Como se os valores, as crenças, as ideologias, fossem, empalidecendo, baixando até desaparecer, como o sol que entra no crepúsculo.

Entretanto, Weber admite a interferência valorativa somente na primeira etapa da pesquisa científica, na sua formulação, na definição do objeto, do recorte social, ou na elaboração da pergunta de pesquisa

O autor deve indicar claramente quais os valores que determinaram sua escolha, a fim de não enganar os seus leitores (...) Uma crítica do capitalismo baseada em escolhas socialistas é legítima se os valores que lhe servem de referência estiverem claros, pois só é válida do ponto de vista socialista. (FREUND, 1980, p. 236)

Na etapa que se segue, no momento da resposta, Weber mantém o apelo para a neutralidade axiológica. Na condução da pesquisa todas as considerações pessoais do autor (seus juízos de valor ou axiológicos) deveriam ser colocados de lado. Na pesquisa, o sociólogo, só pode emitir juízos de fato. Em outros termos, tanto em relação a problemas éticos quanto políticos, as ciências sociais deveriam ser, rigorosamente, ciências neutras. (SELL, 2002, p. 132)

Estes apelos por uma neutralidade científica, contudo, tem o efeito indesejável de levar a um descompasso entre o saber científico e o saber vulgar (senso comum). Um descompasso tal que leva à descrença de vários dos postulados e dos achados⁹ ditos científicos¹⁰.

A esse respeito, valendo-se da "Alegoria da Caverna", presente no Livro sétimo da *República* de Platão¹¹, Weber observa um enorme contraste entre o passado e o presente. Na alegoria o homem que desvencilha-se das amarras que o mantinha na sombra ilustra o filósofo a quem cabe o dever de conduzir os demais prisioneiros para a luz, que, por sua vez, representa a verdade da filosofia, que quer conhecer a verdade para além das aparências, muitas vezes enganosas. Contudo, em nossos dias, argumenta o autor, parece se dar o inverso:

as construções intelectuais das ciências constituem um reino irreal de abstrações artificiais e ela se esforça, sem êxito, por colher, em suas mãos insensíveis, o sangue da vida real. Acredita-se, atualmente, que a realidade verdadeira palpita justamente nessa vida que, aos olhos de Platão, não passava de um jogo de sombras projetadas contra a parede da caverna; entende-se que todo o resto são

fantasmas inanimados, afastados da realidade, e nada mais." (WEBER, 2011, p. 32)

Esta tensão presente nos escritos de Weber traduz nada mais do que a tensão entre ciência e senso comum. Ou seja, aquilo que Bittar chama de dissintonia entre ciência e senso comum "*Desde longa data a filosofia passou a caminhar em dissintonia com os reclamos do senso comum que não se leva, normalmente, em consideração é o fato de que todo aperfeiçoamento científico surge das evidências mais banais.*" Ocorre então uma minoração do auditório dos cientistas que faz com que:

o discurso científico torne-se cada vez mais rebuscado e sutil em seu alcance técnico, voltando-se sempre para suas próprias produções, afastando-se, portanto, do seu compromisso com a sociedade em geral, a qual se encontra sempre à revelia das discussões em debate. Um discurso médico ou jurídico sem qualquer alcance social, ou sem alcance externo aos viciados circuitos em que normalmente circulam, é um discurso que se volta para si mesmo". (BITAR, 2010, p. 40).

Portanto, dentre as tarefas que cabem às ciências, além de responder às questões técnicas para cujos esforços tem se voltado desde o desenvolvimento dos métodos empíricos de análise que remontam a Galileu, Bacon, e a Condorcet, e Durkheim nas ciências humanas de matriz positivista, cabe responder também quais serão as estratégias para diminuir o fosso estabelecido entre ciência e senso comum. Ou em como o discurso científico pode voltar a fazer algum sentido fora dos círculos cada vez mais fechados e especializados da academia científica.

Não há a menor dúvida de que a primeira tarefa da ciência social, e daí da ciência política, como já disse Bordieu, é a de propiciar a conversão do pensamento, ou a revolução do olhar, de modo a romper-se com o pré-constituído. É dizer, com os pré-conceitos do senso comum, do chamado saber vulgar. O que não pode significar, por outro lado, a existência de uma hierarquia entre estas duas formas de proceder o pensamento. Ciência e senso comum são duas formas distintas de ver o mundo. É condição fundamental que o cientista social o saiba. O que é preciso, contudo, é estabelecer condições para que o saber científico possa tocar o saber vulgar e vice-versa. Assim, uma das premissas para que isso ocorra pode ser a percepção do saber como ação política, ou pelo menos, absolutamente contaminado pela política.

3.1 O SABER COMO AÇÃO POLÍTICA

Nesse ponto cabe referir que para muito além de um mero desentendimento entre ciência e senso comum, há outras dimensões mais profundas dessa dissonância. A questão ultrapassa essa visão dicotômica e inclui também a clausura em relação a diferentes disciplinas que deixam de dialogar e de avançar em importantes áreas. O que se quer dizer é que essa dissonância deve-se muito mais que a falta de entendimento entre as disciplinas, ou, que possa ser atribuída, exclusivamente, à crescente especialização. Há um fator tratado por Michael Foucault (2003) em *Microfísica do Poder* que não pode deixar de ser debatido: a inexistência de uma ciência neutra ou despolitizada: todo saber é político.

Todo conhecimento seja ele científico ou ideológico, só pode existir a partir de condições políticas que são as condições para que se formem tanto o sujeito, quanto os domínios do saber.

A investigação do saber não deve remeter a um sujeito de conhecimento que seria a sua origem, mas, às relações de poder que lhe constituem. Não há saber neutro. Todo saber é político. E isso não porque cai nas malhas do Estado, é apropriado por ele, que dele se serve como instrumento de dominação, descaracterizando seu núcleo essencial. Mas porque todo saber tem gênese nas relações de poder.

Assim, destaca Foucault que o fundamental é perceber a implicância mútua entre saber e poder. "Não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder". Quantas descobertas científicas deixaram de receber a devida atenção por parte de atores políticos? Quantas abordagens de distintos atores políticos deixaram de receber a devida atenção da comunidade científica? Quantas pesquisas não se realizaram pela falta de financiamento? Para elucidar os exemplos mais óbvios do que está a se dizer. No campo jurídico os exemplos são também bastante evidentes, basta lembrar que os cursos jurídicos estão entre os primeiros cursos criados no Brasil,¹² uma terra abrasada, carente de médicos, engenheiros, farmacêuticos, mas repleta de juristas e com um sistema penal que atuou como peça chave no processo de conquista e colonização que entrava em marcha.

3.2 A LUTA SIMBÓLICA ENTRE OS DIFERENTES CAMPOS DO SABER

Além deste aspecto, presente na *Microfísica do Poder* de Foucault, há uma tensão permanente em busca da primazia da verdade. Esta tensão que reflete também correlações de poder, cujo objeto de disputa é o domínio ou a primazia do discurso enquadrado como verdadeiro ou dotado de maior validade para determinados contextos. Esta abordagem está presente em outro autor francês Pierre Bordieu (1989) que descreve no *Poder simbólico*, a disputa entre distintos campos do saber pela primazia da verdade.

Com o auxílio de um exemplo utilizado por Bordieu a compreensão do que se está a dizer torna-se mais simples: o autor evoca uma sessão eleitoral de televisão, um debate, em que se discute um determinado aspecto da disputa eleitoral, imaginemos, a divulgação de pesquisas eleitorais deve ou não ser proibida no período eleitoral? Neste debate televisionado tomam parte diversos indivíduos, representativos de diferentes *campos* do saber, o jornalista, o historiador, o político profissional, o cientista político, o jurista, o *marqueteiro*, os diretores de institutos de pesquisa, etc. O que está presente entre estes diferentes campos, ainda que não de maneira explícita, diz Bordieu, consiste em uma "*luta entre os participantes a respeito do sentido, das significações [...] o que está em jogo é a imposição da representação mais favorável da sua própria posição*" (BORDIEU, 1989, p. 53)

Na confrontação entre diferentes campos do saber, "o analista encontra no objeto concorrente a interpretação do objeto que, freqüentemente, também se apoiam na autoridade da ciência". Deste modo, o intérprete, ou hermeneuta, está diante uma luta entre hermeneutas "que se batem pelo última palavra a respeito de um acontecimento ou resultado" (BORDIEU, 1989, p.54).

Assim a cena se apresenta no palco com as estratégias que os agentes empregam para levarem a melhor pela luta simbólica pelo monopólio da imposição do veredicto, <<*pela capacidade reconhecida de dizer a verdade a respeito do que está em jogo no debate*>>, são expressões das relações de força objetivas entre os agentes envolvidos.

Este espaço de interação, a que Bordieu chama de mercado lingüístico, apresenta características conjunturais bem destacadas: em primeiro lugar, é um espaço pré-constituído, a composição social do grupo está antecipadamente determinada. Há vetos de participação a

determinados campos, e daí, vetos do uso da palavra. Há ainda uma fixação clara do que não pode ser dito no palco. Além disso, o jornalista exerce uma forma de dominação sobre um espaço de jogo que ele construiu (seu campo construiu), e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de objetividade e neutralidade.

Neste espaço de disputa os agentes para imporem seu veredicto "imparcial" dispõem de forças que dependem da sua pertença a campos hierarquizados. No *campo político*, estão os políticos profissionais, filiados a partidos, dirigentes partidários notórios, etc, a posição destes agentes é a menos privilegiada. Eles estão Implicados no jogo, são diretamente interessados, e por esta razão recebidos como juízes e partes do processo de disputa. Produzem interpretações sob suspeição, porque interessadas, enviesadas e por isso desacreditadas. Segue-se o *campo jornalístico*. Os jornalistas, de acordo com Bordieu, podem e devem adotar uma retórica de neutralidade e imparcialidade para isso apoiam eventualmente nos politólogos¹³. Por sua vez, o campo da *ciência política* universitária neste caso está em posição privilegiada em relação ao homem político e ao jornalista, pois se lhe concede mais facilmente o crédito de objetividade, e tem a possibilidade de recorrer à sua competência específica, por exemplo, à história eleitoral que lhe permite fazer comparações.

De acordo com Bordieu "As estratégias discursivas dos diferentes atores, e em especial os efeitos retóricos que têm em vista produzir uma fachada de objetividade <<imparcialidade>> dependerão das relações de força simbólicas entre os campos e dos trunfos que a pertença confere a aos diferentes participantes". (BORDIEU, 1989, p.56). O que está em disputa é a primazia pela discurso neutro, imparcial, que goze de maior validade junto aos telespectadores ou ao auditório. Por exemplo, o politólogo para fazer prevalecer seus apontamentos, suas <<verdades>> sobre as demais, além da posição naturalmente privilegiada, pode aliar-se ao jornalista, que dele depende para reforço de suas conclusões objetivas, imparciais. Estas relações de força simbólicas estabelecem quem pode cortar a palavra, interrogar, responder fora do que foi perguntado, devolver as questões que lhe foram dirigidas, falar longamente sem ser interrompido, ou passar por cima das interrupções, etc. Além disso, definem quem está condenado sob estratégias de denegação, que teriam perguntas negadas, ignoradas, controle

rígido do tempo, interrupções, comentários estereotipados que desautorizem o discurso realizado, utilização de efeitos da ironia, etc.

Portanto, longe de ser simples as conexões entre senso comum e ciência política, e daí, as conexões entre os diferentes campos do saber que como dissera Foucault, constituem não mais do que relações políticas, no interior da qual diferentes forças políticas se digladiam em nome da primazia da verdade discursiva.

4 POLÍTICA COMO LIMITAÇÃO AO PODER

Sempre que a relevância do discurso entra em jogo, assinala a filósofa Hannah Arendt (2001, p. 11), a questão torna-se política por definição "É o discurso que faz do homem um ser político"¹⁴. Mas, qual é, afinal de contas, a definição de política?

O advento do modelo de Estado moderno e a crescente participação deste ente no mundo da vida tem dado mostras que não há a menor possibilidade de se desenvolver qualquer estudo sem considerar o Estado. Talvez por esta razão Max Weber (2011, p. 56) tenha definido a política como o "*conjunto de esforços feitos com vista a participar do poder, seja entre Estados seja no interior de um único Estado*".

O que é certo, é que a política como ciência, ao menos aos olhos do senso comum, tem o dever de oferecer respostas às grandes questões que afligem os indivíduos humanos na vida em sociedade. Já vimos que é presente nas relações de saber uma disputa pela primazia da resposta que melhor traduz a *verdade* em determinado contexto. Isto implica em que o conceito de política não pode ser adstrito simplesmente às relações de poder no interior do Estado. Como diria Hannah Arendt (2001, p. 13).

Respostas são dadas diariamente no âmbito da política prática, sujeitas aos acordos de muitos; jamais poderiam se basear em considerações teóricas ou na opinião de uma só pessoa. Como se fossem problemas para os quais só existe uma solução possível.

Talvez por essa razão é que está presente no trabalho da filósofa um conceito mais abrangente de política, que adotaremos como premissa para toda a discussão teórica que faremos neste trabalho, qual seja, a de que <<Política consiste em todo o tipo de ação cultural humana que tenha

como finalidade a imposição de limites ao exercício do poder>>. E, fazendo uso da idéia de poder presente na *Microfísica do Poder* de Foucault, cabe dizer, imposição de limites ao poder em qualquer esfera ou em qualquer contexto em que dois ou mais indivíduos estabeleçam relações entre si. Portanto, a política está presente nas relações familiares, entre amigos, nas relações de trabalho, e evidentemente, naquelas relações humanas que tenham por escopo a ocupação de espaços no poder estatal.

Definido o que entendemos por política e posto que este texto seja dirigido a juristas, e em que pese a grande malha de situações em que se pode aplicar o que entendemos por política, cabe discutir como é que a política se dá naquele conceito Weberiano, ou seja, nas relações de Estado. Isto porque o direito como ciência possui entre os seus objetos de estudo e análise a norma jurídica, que, como tal, é produto e causa do próprio Estado.

O Estado contemporâneo para Weber (2011, p. 56) é "uma comunidade humana que, dentro dos limites de determinado território reivindica o monopólio do uso legítimo da violência física". Ou seja, o que distingue o Estado de outras comunidades humanas, é o emprego de um meio que lhe é peculiar, o uso da coação física. Todo Estado se funda, portanto, no uso da força.

Não é difícil perceber, a partir dessa definição, porque que a ocupação de espaços de poder no Estado constitui matéria de intensa disputa política na história da humanidade. A política trata assim basicamente de fatores relativos a *divisão, conservação e transferência do poder*.

4.1 A QUESTÃO DO PODER POLÍTICO

Por poder, entende-se todo e qualquer meio que o homem encontre para transmitir sua influência. O que está em causa, em toda relação política, no fundo, é a dominação do homem sobre o homem, nas relações de Estado, essa dominação se funda no instrumento da *violência legítima*. Assim, Weber (2011, p. 57) afirma que "O Estado só pode existir, portanto, sob condição de que os homens dominados se submetem à autoridade continuamente reivindicada pelos dominadores." Cabe saber: em que condições e porque os homens se submetem? E quais são as justificativas em que se apoia essa dominação?

Para Weber, há três razões. Três fundamentos para a dominação legítima, ou seja, a dominação exercida sob condições pacíficas e para as quais há uma menor predisposição para a oposição de resistência.

a) Poder Tradicional - aquele poder exercido pelo decurso de tempos imemoriais e pelos costumes santificados pela validade decorrente do hábito enraizado de respeitá-los. Constituem exemplos destas dominações que se legitimam pelo decurso do tempo aquelas exercidas pelo patriarcas ou pelos senhores de terras.

b) Poder Carismático - Aquela autoridade que se funda em dons pessoais e extraordinários de um indivíduo que se singulariza por qualidades prodigiosas, heroísmo, ou por outras qualidades exemplares que façam dele o chefe. Tal é o caso do poder carismático exercido por um "profeta" sobre seus seguidores, ou pelo dirigente guerreiro eleito, pelos grandes demagogos.

c) Poder decorrente da Legalidade - A autoridade se impõe em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência fundada em regras racionalmente estabelecidas. Tal é o poder que exerce os servidores do Estado e os detentores do poder eleitos sob regras constitucionalmente estabelecidas.

Estas formas raramente serão encontradas em sua forma pura no mundo real. E tampouco deve-se imaginar que não existam outras causas explicativas da obediência, a dar-lhe legitimidade, tais como o medo de um castigo divino ou da vingança de potências míticas ou ainda a esperança de uma recompensa em outra terra, outro mundo ou outra vida.

4.2 A POLÍTICA COMO PROFISSÃO

O estado maior-administrativo, ou o corpo de indivíduos que representa externamente a dominação política, tais como a força policial, ou os funcionários públicos, nos dias de hoje, não se inclina a obedecer o detentor do poder em razão apenas das concepções de legitimidade apresentadas acima. "A obediência funda-se, antes, em duas espécies de motivos que se relacionam a interesses pessoais: retribuição material e prestígio social". (WEBER, 2011, p. 59)

Por consequência, para assegurar a estabilidade de uma dominação política seja ela, carismática, violenta, fundada da legalidade, ou ainda, nas diversas combinações que podem

decorrer destas e outras espécies de legitimação, são necessários certos bens e condições materiais¹⁵.

Desse ponto de vista pode-se observar duas categoriais de relações políticas de dominação nos Estados:

a) Relações de Autonomia dos Dominados - nas quais os dominados dispõem de determinada autonomia material. Constituem esta categoria aquelas relações políticas em que funcionários, magistrados, militares e outros de cuja obediência depende o detentor do poder, são, eles próprios, detentores dos instrumentos de gestão. Instrumentos que podem ser recursos financeiros, edifícios, material de guerra, veículos, etc. Constituem exemplo desta espécie de relação política a relação feudal entre suseranos e vassalos. O vassalo era proprietário de todos os recursos materiais (terras, equipamentos, despesas com administração e distribuição da justiça, exércitos e equipamentos de guerra) e se submetia ao poder do suserano¹⁶, em troca de proteção e honrarias. Essa situação gerava efeitos no que se refere ao exercício do poder pelo suserano, que fundava-se apenas no juramento pessoal de fidelidade, muitas vezes na forma do chamado contrato feudo-vassálico.

b) Relações fundadas no domínio pessoal do chefe - nestas relações políticas os dominados não dispõem de autonomia material, estando privados dos meios de gestão "no mesmo sentido que, na época atual, o empregado e o proletário são "privados" dos meios materiais de produção em uma empresa" (WEBER, 2011, p. 60). Tal é o caso de todo poder patriarcal, ou patrimonial, assim como o despotismo de um sultão e principalmente os Estados de estrutura burocrática.

No primeiro caso o soberano só consegue governar com a colaboração e apoio dos dominados, geralmente formada por uma aristocracia independente, e por isso com ela partilha o poder. No segundo caso o soberano busca apoio em pessoas dele diretamente dependentes (camadas inferiores, plebeus, indivíduos em situação de subemprego ou trabalho precário¹⁷, etc) que por essa razão dependem inteiramente do governo, e não encontram apoio em nenhuma outra forma de poder ou força capaz de contrapor-se ao soberano.

No processo histórico de desenvolvimento do Estado moderno esteve presente como constante o desejo do soberano de expropriar os poderes concorrentes, geralmente

privados, que pudessem fazer frente ao seu próprio poder. Assim proprietários do meio de gestão, recursos financeiros, instrumentos militares e outros bens suscetíveis de emprego político (contemporaneamente aí colocaríamos os meios de comunicação, instituições financeiras, e empresas exploradoras fontes energéticas e de bens primários) sempre que representassem sombra ao domínio e ao poder do governante eram expropriados.

Ao longo desse processo, que se desenvolveu em todos os países do globo, notou-se o aparecimento de uma nova espécie de <<políticos profissionais>>, que longe de concorrerem ou representarem riscos para o soberano, punham-se justamente ao seu serviço, atuando no seu interesse de conservação do poder.

Para Weber, ou se vive da política, ou para a política. Para ele também, todo homem que se entrega à política aspira ao poder. Seja perseguindo ideais, ou fins egoístas. Haveria, portanto, dois tipos de homem: aquele animal político, de que fala Aristóteles, cooperativo, e que é movido por ideais republicanos, de um lado, e, de outro, aquele de que falam Maquiavel, Hobbes, Freud, que seriam por natureza, movido por interesses mesquinhos e egoístas, ou simplesmente maximizadores de preferências meramente individuais e pouco inclinados, portanto, a cooperar gratuitamente.

Uma vez que exista uma dúvida sobre a natureza boa, ou má do indivíduo humano, ensina a história, que o melhor é acautelar-se. Daí que politicamente fazem-se necessários estímulos institucionais, criados pelas leis que regem um Estado, que levem os homens a cooperar com a (*res*) pública, é dizer: com o interesse público.

Não por acaso recomenda Weber (2011, p. 65) que "O recrutamento não plutocrático do pessoal político envolve, necessariamente, a condição de a organização política assegurar-lhes ganhos regulares e garantidos" [...] ou a atividade política se exerce "honorificamente" e, nessa hipótese somente pode ser exercida por pessoas que gozam de fortuna pessoal, ou as avenidas do poder são abertas a pessoas sem fortuna, caso em que a atividade política exige remuneração".

Com isso, alerta Weber, não se quer dizer que os homens políticos desprovidos de fortuna tenham no exercício da atividade política, obter, exclusivamente, vantagens econômicas, e que não considerem a causa a que se dedicam. O fato é que todo homem político "*deve ser*

economicamente disponível equivalendo a dizer que ele não deve estar obrigado a consagrar toda a sua capacidade de trabalho de pensamento, constante e pessoalmente, à consecução da própria subsistência."

Se fosse diferente a atividade política restaria relegada àqueles cuja fortuna pessoal, obtida alhures, permita a participação política sem as preocupações comuns com a garantia do sustento de cada dia.

Essas “pessoas sem fortuna” precisam de uma “renda regular e suficiente” para exercer as atividades políticas. Assim, a política deixa de ser uma atividade meramente vocacional, ou realizada por diletantes e, passa a ser exercida, também, como uma atividade profissional. Ou seja, uma atividade que exige tempo e dedicação exclusiva de seus partidários.

Como atividade profissional agora há necessidade de incentivos para aqueles que a ela se dediquem na consecução de interesses públicos. Assim como a compensação típica outrora outorgada pelos príncipes, pelos conquistadores vitoriosos, que consistia em feudos, doações de terras, despojos de conquistados e prebendas de todo tipo, com o desenvolvimento da economia financeira traduziram-se em gratificações financeiras, e incentivos políticos de toda espécie, tais como cargos e empregos públicos ou privados.

Para aqueles que imaginam que apenas às pessoas "sem fortuna" é necessária a outorga de vantagens e estímulos financeiros, lembra Weber, que mesmo o homem de negócios, estando ligado à sua empresa, ou às atividades comerciais encontra-se indisponível para o exercício gratuito da atividade política.

Ocorre que com o passar do tempo os partidos passaram a se irritar muito mais com os arranhões no direito de distribuição de empregos do que com desvios de programas partidários. Este comportamento impôs uma tendência de burocratização dos serviços estatais com a criação dos cargos ocupados pelos chamados <<servidores de carreira>>. "*Nos três domínios, o financeiro, o do exército, e o da justiça, os funcionários de carreira triunfaram nos Estados durante o Séc. XVI*" (WEBER, 2011, p. 70).

Ao lado desta ascensão de funcionários qualificados de carreira, ocorreu uma outra evolução envolvendo os dirigentes políticos. Em todos os governos do mundo, desde sempre, houve os conselheiros reais que gozavam de grande autoridade, por exemplo: no oriente a figura do "Grao-vizir" foi criada com o fito de reduzir a responsabilidade do Sultão, no ocidente, ao

tempo de Maquiavel, havia uma toda categoria de especialistas *Connoisseurs* que aconselhavam o príncipe. Grandes decisões eram tomadas com auxílio do "Gabinete" composto por conselheiros que eram homens de confiança. Contudo, com o passar do tempo tais conselheiros passam a competir politicamente com o prestígio do próprio príncipe, observando-se uma luta latente entre funcionários especializados e a autoridade do soberano.

Com o surgimento dos parlamentos nos anos 1332¹⁸ e das aspirações políticas dos chefes de partidos este estado de coisas se alterou. Agora os interesses do príncipe se aliaram aos dos funcionários contra as pretensões do parlamento, e suas aspirações ao poder. (WEBER, 2011, p. 71) Daí o surgimento da figura do *chefe de gabinete* representativo dos diversos ministérios do executivo e que fosse o porta voz e interlocutor do executivo nas tratativas com o parlamento.

Esse contexto tem efeitos distintos nos dois regimes de governo contemporâneos: o presidencialismo e o parlamentarismo. No primeiro, o ministro chefe da casa civil cumpre a função de intermediar, nomeado pelo presidente, as relações com o congresso. No congresso os parlamentares não atuam individualmente, mas por intermédio de bancadas partidárias que rivalizam o exercício do poder com o presidente e os partidos que lhe sustentam. A competição política se dá assim, em maior grau, entre os poderes executivo e legislativo. Ao passo que no regime parlamentarista o presidente rivaliza no interior do executivo com o primeiro ministro, indicado pelo partido ou grupo político com maioria no parlamento. Portanto, no parlamentarismo, sob este ponto de vista, a competição política pelo poder se dá entre o legislativo e executivo mas também, no seio do executivo. Evidente que os diferentes sistemas eleitorais¹⁹ adotados por cada país podem ainda amortecer ou acentuar esta competição política.

Os desdobramentos históricos resultantes das correlações de força entre diferentes campos políticos exige uma crescente qualificação daqueles que tomam parte nas disputas pelo poder, neste contexto, tem lugar o surgimento de duas categorias de funcionários: aqueles chamados *funcionários de carreira*, que compõem a máquina burocrática administrativa, e de outro lado os *funcionários políticos*, de livre nomeação de partidos, e ocupantes de cargos eletivos. Os primeiros são aqueles funcionários de carreira, tais como juízes, promotores de justiça e outros postos de função técnica. Já os funcionários políticos são representados por todos aqueles

ocupantes de cargos cuja precariedade permite colocá-los em disponibilidade segundo livres critérios de conveniência e interesse.

Esta espécie de desenho institucional, cuja raiz está na necessidade do amortecimento das relações de força em disputa no cenário político, costuma ser alvo de críticas²⁰. Mesmo o número de ministérios erigidos para sustentação do que chama-se atualmente por "Presidencialismo de coalizão"²¹ não está a salvo de questionamentos. Porém, de acordo com Weber (2011, p. 74) os funcionários "políticos" tais como Ministros, são

acima de tudo representantes da constelação política instalada no poder; caber-lhes, portanto, pôr em prática o programa da constelação de que fazem parte, julgando em função de tal programa, as propostas que lhes são oferecidas pelos funcionários especializados ou dando aos seus subordinados as diretrizes políticas conformes à linha política do seu partido.

Weber vai além, ao afirmar que na empresa privada, já nos anos 20, tudo se passa de maneira semelhante. É o "conselho de administração", e não funcionários especializados, quem dirige as atividades das grandes empresas e corporações privadas. Com isso autor dizer que assim como nas empresas privadas, a administração é realizada por um conselho que traduz os interesses dos sócios, na política, a administração é levada a cabo por funcionários políticos, que traduzem os interesses dos partidos, eleitos pelo povo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou apresentar a política em sua forma mais desnuda. Sob inspiração do modo tal como a apresentou Maquiavel nos anos 1500. Objetivou-se apresentar um viés dotado de um caráter que possa em alguma medida, imunizar a análise e compreensão política de moralismos e valores éticos de difícil identificação na vida como ela é.

Neste propósito procedeu-se em primeiro lugar a descrição da política como ciência iniciando-se com o processo de desenvolvimento do seu objeto e autonomia, seguida de uma segunda fase, quando ela se consolida como disciplina. Encarar a política como ciência foi o primeiro grande passo para isolá-la das interpretações que identificavam-na como uma espécie de arte para poucos iluminados, ou dotados de valores superiores de nobreza e valia, alcançáveis sempre por poucos privilegiados, a quem, por via de consequência se reservava além do papel da

"melhor interpretação" das verdades políticas mais convenientes, o protagonismo nos escassos espaços de poder.

No passo seguinte valendo-se da produção de Foucault, Arendt, Bordieu e Weber tratou-se de relacionar a política ao seu principal objeto: as relações de poder. Para tanto, iniciou-se destacando os conflitos em torno do próprio *fazer político* enquanto conhecimento científico, inevitavelmente enredado nas malhas do seu objeto, o poder. Procurou-se desnudar, assim, as relações de poder entre o saber e senso comum (BITTAR) e entre os distintos campos do saber (BORDIEU).

A seção final abordou a política como artefato cultural inibitório dos abusos decorrentes do acúmulo de poder. O poder nas relações de Estado que se caracteriza pelo monopólio do uso da força tem consequências no mundo da vida que impõem regras jurídicas que estabeleçam relações equilibradas de força entre os grupos, indivíduos ou partidos que busquem ascender ao poder. Processo do qual resulta uma crescente profissionalização dos atores que se dispõem ao fazer político. De que, faz notar Weber, nasce a necessidade de dotar estímulos institucionais para que os atores correspondam, no seu fazer político, às necessidades da coisa pública.

Apresentamos a política como ação organizada com vistas à imposição de limites ao exercício do poder. Armado com esta idéia é possível aplicar a política à todas às instâncias da sociedade, de associações comunitárias, condomínios, a sindicatos, partidos políticos e às relações de Estado. Cada uma com graus diferentes de concentração de poder.

Porém, a ação política precisa ser orientada pela correta apreensão da realidade. Daí que a leitura da realidade política deva ser construída segundo métodos mais ou menos "científicos". O que significa que, em nos termos de Bordieu, fundamentada em informações que possam ser verificadas segundo o método que inspira o fazer político moderno, qual seja, o método democrático, transparente com possibilidade de controle da maioria. Sob pena de que, mal interpretada a realidade, a ação política resulte em práticas divorciadas do mundo da vida e de fenômenos causadores daqueles males condenáveis por todos, tais como a corrupção e o seqüestro dos interesses públicos, pelos interesses privados.

NOTAS

- ¹ Veja a respeito divulgação dos resultados da pesquisa datafolha em março de 2015 veiculada pela imprensa <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/plinio-fraga/rejeicao-a-politicos-em-pesquisa-mostrador-eleitor-135830601.html>.
- ² Mas o que é o governo senão um dos maiores reflexos da natureza humana? Se os homens fossem anjos, não haveria necessidade de governo. Se os homens fossem governados por anjos, não haveria necessidade de controles externos ou internos. (MADISON, *The Federalist*. p. 337)
- ³ JUDENSNAIDER, E. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.
- ⁴ Aristóteles em *A Política*, por exemplo, questionava-se acerca de quem seria definido como cidadão, ou seja, aqueles que teriam a capacidade e oportunidade de participar do governo" e exclui textualmente, além dos escravos, os trabalhadores livres. Diz Aristóteles "*Se até mesmo o trabalhador for cidadão, então aquilo a que denominamos virtude de um cidadão não pode ser atribuído a todos, ou só aos homens livres, mas àqueles que na verdade estão livres de todas as tarefas inferiores. (Estas tarefas podem ser cumpridas por servos pessoais, por trabalhadores ou por funcionários do governo).*" (ARISTÓTELES, 1999, p. 219-220)
- ⁵ É um adjetivo que em filosofia, refere-se a argumento, conhecimento ou explicação que relaciona um fato a sua causa final.
- ⁶ No Brasil existe desde 1986 a ABCP - Associação Brasileira de Ciência Política, agregando estudiosos de vários campos da ciência política no país e fora dele o sítio eletrônico da instituição está disponível em www.cienciapolitica.org.br Além dela, desde 1977 a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs), reúne mais de uma centena de centros de pós-graduação e de pesquisa em antropologia, ciência política, relações internacionais, sociologia, de todo o Brasil, o sítio eletrônico na ANPOCS está disponível em <http://portal.anpocs.org/portal/>.
- ⁷ Disponível em <http://www.apsanet.org/students>;
- ⁸ Maiores referências disponíveis no sítio da instituição <https://www.ipso.org/>.
- ⁹ A respeito tome-se o exemplo dos alertas realizados pela comunidade científica acerca da falta de água, ignorados até que as previsões se realizassem em níveis catastróficos. Veja-se em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/crise-da-agua-governos-ignoram-alerta-dizem-cientistas/> e aqui: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/02/ crise-de-agua-era-previsivel-ha-mais-de-um-ano-afirmam-pesquisadores.html>. Para um exemplo no campo de estudos da ciência política ver: <http://noblat.oglobo.globo.com/entrevistas/noticia/2015/02/reforma-politica-depender-de-influencia-de-atores-politicos-de-peso.html>.
- ¹⁰ Evidente que muitos de tais achados e postulados constituem objeto de intensa controvérsia no seio daqueles grupos produtores do saber científico.
- ¹¹ Na alegoria narrada por Platão alguns homens prisioneiros estão acorrentados numa caverna, virados de costas para a abertura, por onde entra a luz solar. Eles sempre viveram ali, nesta posição. Conhecem os animais e as plantas somente pelas sombras projetadas nas paredes. Um dia, um dos homens consegue se soltar, e vai para fora da caverna. Fica encantado com a realidade, percebendo que foi iludido completamente pelos seus sentidos durante todo o tempo em que permaneceu dentro da caverna. Agora ele estava diante das coisas em si, e não suas sombras. Ele retornou para a caverna,

e contou para os companheiros o que havia visto. Estes não acreditam, e preferem continuar na caverna, vendo e acreditando que o mundo é feito de sombras.

- 12 A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia, considerando mais adequado que as elites da época procurassem a Europa para realizar seus estudos superiores (MOACYR, 1937, p. 580-581) Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbrasse sinais de independência cultural e política da Colônia (FÁVERO, 2000, p. 18-19)
- 13 Ou, pelo menos, apoiam em ferramentas da ciência política, pode ser ilustrativo a este respeito ler a apresentação do jornalista Fernando Rodrigues: <http://fernandorodrigues.blogosfera.uol.com.br/2015/02/26/lista-do-hsbc-na-suica-revela-empresas-da-lava-jato-em-paraisos-fiscais/>
- 14 O ser político, o viver numa polis, significa que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da força ou violência. Para os gregos, forçar alguém mediante violência, ordenar ao invés de persuadir, eram modos pré-políticos de lidar com as pessoas, típicos da vida fora da polis. Somente a pura violência é muda. (ARENDT, 2001, p. 35)
- 15 Por exemplo, para decretar o estado de Guerra o governante deve dispor de meios materiais para tanto: exército, homens, armas, equipamentos, tecnologia, etc
- 16 Ao vassalo se impunha a obrigação de serviço militar ao seu suserano. Desta forma ficava ele obrigado a disponibilizar suas tropas sempre que houvesse necessidade. Por outro lado, o suserano deveria garantir a proteção de seu vassalo e ceder uma parcela de suas terras para o mesmo. O suserano poderia promover esse mesmo compromisso com outros vassalos em uma cadeia de relações mais extensa. Da mesma forma, um vassalo poderia se tornar suserano de outros nobres que não detinham propriedade de terras. Esse processo de distribuição de terras e a autonomia política garantida a cada senhor feudal, contribuíram para a paulatina descentralização do poder político na época
- 17 O sociólogo Ruy Braga define esta classe social como o proletariado precarizado, o conceito de “precarizado” situa esse grupo como parte integrante da classe trabalhadora, enfatizando a precariedade como inevitável no processo de mercantilização do trabalho. Tese particularmente desenvolvida no trabalho do autor a partir da observação sobre os teleoperadores da indústria do call center. Para uma resenha e um debate sobre o livro acessar: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/titles/view/a-politica-do-precarizado>. Contudo, esta classe social descrita por Braga não é nova, e já está presente em outras análises, tais como a do *Lumpemproletariado* presente no livro *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* de Marx.
- 18 Embora nos anos 1200 há registros das primeiras reuniões do parlamento Inglês, por atos do Rei Eduardo I, é somente no ano 1332 que se tem notícia do parlamento bicameral, com representação de setores da plebe, na câmara baixa, e somente nos fins do Séc. XIX que o parlamentarismo se sedimenta em vários países no globo. (STRECK, 2003, p. 169)
- 19 É referência em Ciência Política a obra do Prof. Jairo Nicolau, "Sistemas Eleitorais", no qual compara os métodos de eleição do parlamento em 95 países.

- ²⁰ Veja-se a propósito crítica dirigida pelo sociólogo e ex-presidente da república do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, ao excessivo número de ministérios: <http://www.valor.com.br/politica/3944178/nao-adianta-nada-tirar-presidente-diz-fhc-sobre-impeachment>
- ²¹ Sergio Abranches define o presidencialismo de coalizão aquele sistema de governo que tem como premissa da governança e da governabilidade a existência de uma coalizão multipartidária minimamente coerente e coesa, que dê condições à Presidência da República de formar maiorias que apoiem suas principais medidas legislativas e barrem iniciativas que possam comprometer as políticas públicas com as quais está comprometida. A coalizão define o “poder de agenda” do governo. Disponível: <http://www.matheusleita.com.br/7499- crise-politica-no-presidencialismo-que-deveria-ser-de-coalizao-por-sergio-abranches.html>

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11 ed. São Paulo: Forense Universitária, 2010.
- ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- BADIA, Miguel Caminal. *Manual de Ciência Política*. 2. ed. Madrid: Editora Tecnos, 2005.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca; ALMEIDA, Guilherme Assis de. *Curso de filosofia do direito*. 8. ed., rev. e aum. São Paulo: Atlas, 2010.
- BOBBIO, Norberto. *A teoria das formas de governo*. Brasília: UnB, 1985.
- BONAVIDES, Paulo. *Ciência Política*. São Paulo: Malheiros, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRAGA, Maria do Socorro; RIBEIRO, Pedro; AMARAL, Oswaldo. *El Sistema de Partidos en Brasil: Estabilidad e Institucionalización*. In: CD do 6º Congresso Latino-Americano de Ciência Política. Quito: Alacip-Flacso, 2012.
- CHEVALLIER, J. J. *As Grandes Obras Políticas de Maquiavel a nossos dias*. 8. ed. Rio de Janeiro: Agir. 2002.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2010
- ENGELS, Friedrich. *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. 2. ed. Martin Claret, 2008.
- JUDENSNAIDER, E. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Veneta, 2013.

- LOCKE, John. *O segundo tratado sobre o governo civil*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã [Feuerbach]*. 3 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.
- MACHIAVELLI, Niccolo. *O Príncipe: texto integral*. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- MASSELLA, Alexandre Braga. Epistemologia das ciências humanas: (Tomo I: positivismo e hermenêutica: Durkheim e Weber). *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 0, n. 57, fev. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01029092005000100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 jul. 2009.
- MONTESQUIEU, Charles Louis de. *O espírito das leis*. 4 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- NICOLAU, Jairo. *Sistemas Eleitorais*. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.
- PASOLD, Cesar Luiz. *Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática*. 11. ed., rev. e atual. Florianópolis: Conceito Editorial, 2008.
- RAMAYANA, Marcos. *Direito eleitoral*. 11. ed., rev., ampl. e atual. Niterói: Impetus, 2010.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social; Ensaio sobre a origem das línguas; Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens; Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Nova Cultural, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- SELL, Carlos Eduardo. ***Sociologia Clássica***. 2. ed. Itajaí: Univalli, 2002.
- STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- SIEYÈS, Emmanuel Joseph. *A constituinte burguesa: que é o terceiro Estado?* 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1997.
- WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. 21 ed. São Paulo: Martin Claret, 2011.
- WEBER, Max. *Sobre a Teoria das Ciências Sociais*. São Paulo: Moraes, 1991.
- WEFFORT, Francisco (Org.). *Os Clássicos da Política*. Vol I, II. São Paulo: Ática, 2009.

Recebido em: 16/02/2016.

Aprovado em: 3/04/2016.

Jeison Giovanni Heiler